

Congresso Proposta que transfere demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo é suspensa

Invasão de plenário adia votação de PEC

André Borges e Daniela Martins
De Brasília

Lanças, chocalhos, tambores e cocares tomaram conta do Congresso Nacional. Por volta das 10 horas de ontem, o clima ainda estava tranquilo no plenário da Câmara, com a presença de alguns índios que foram até a Esplanada para manifestar seu “ato político” contra a Proposta de Emenda Constitucional 215, a “PEC da Funai”. O texto transfere a competência de demarcações indígenas da Funai para o Congresso Nacional (ver texto abaixo).

Logo, o clima ficaria tenso. Não demorou muito para que aproximadamente 700 índios vindos de todas as partes do país simplesmente tomassem a Casa. O plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara ficou pequeno, e os grupos começaram a se aglomerar nos corredores. Entoando cantos de protesto, dançaram ao longo dos corredores da Câmara. Os índios, que representavam 73 povos das cinco re-

giões do Brasil, exigiam que o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), comparecesse ao encontro e assumisse o compromisso de cancelar de vez a PEC 215. Outras reivindicações logo passaram a fazer parte da lista. Com um índio ao seu lado para traduzir suas declarações, o cacique Raoni pediu o cancelamento da portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU), que trata da exploração de recursos hídricos e minerais em terras indígenas.

Depois de muita espera, Eduardo Alves apareceu no encontro, ouviu críticas e se comprometeu em tentar convencer as lideranças políticas de todos os partidos a não apresentarem nomes para compor a comissão especial que analisaria a PEC. Para que o texto seja votado, ele precisa que uma comissão especial seja criada. Os índios não gostaram da proposta. O presidente da Câmara deixou o plenário convencido de que tinha feito uma boa oferta, mas os índios decidiram rejeitar a ideia e resolver ficar no local até que o

texto da PEC fosse revogado e retirado de pauta. “Vamos levar nosso protesto em um documento, mas não houve acordo. “Essa não é a nossa casa também? Então vamos comer aqui mesmo”, gritou um indígena, seguido pelo protesto dos demais. Ficaram.

Durante todo o tempo, o presidente da Frente Parlamentar Indígena, Padre Ton (PT-RO), pedia calma aos índios. A situação ficou mais tranquila na hora do almoço, quando centenas de marmitas chegaram ao plenário. Os parlamentares chegaram a pedir que os índios saíssem dali para almoçar, mas não houve acordo. “Essa não é a nossa casa também? Então vamos comer aqui mesmo”, gritou um indígena, seguido pelo protesto dos demais. Ficaram.

A situação era pacífica, mas a demora de Henrique Eduardo Alves em trazer uma resposta das lideranças partidárias sobre a PEC acabou exaltando os ânimos. Cansados de esperar, os índios subiram pelo salão verde do Congresso e invadiram o plenário da Câmara, enquanto deputados tentavam votar outro tema. A Polícia do Exército já



Índios tomam conta do plenário da Câmara: protesto reuniu representantes de 73 povos das cinco regiões do Brasil

tinha sido acionada, mas nada pôde fazer para conter o avanço dos índios. A segurança do plenário também foi reforçada e suas portas foram fechadas aos manifestantes. No entanto, após muita pressão, eles venceram a segurança e entraram no plenário. Os trabalhos foram interrompidos. Henrique Eduardo Alves, que não presidia a sessão, reassumiu o comando do plenário.

“Não sairemos daqui sem uma resposta definitiva. Nosso povo está unido e não vai se entregar”, disse ao Valor a liderança indígena da região do Xingu Alto, Ysani Kalapalo.

Depois de toda pressão, os par-

lamentares prometeram aos índios que não instalariam a comissão especial neste semestre. A ideia é criar um grupo de trabalho para discutir diversos assuntos da pauta indígena, incluindo a PEC 215. Por volta das 21 horas, o clima voltou à normalidade e os índios deixaram o plenário. Eles voltaram até a sala da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para discutir o assunto.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um indígena chegou a tomar um choque elétrico pela segurança da Câmara durante a entrada no plenário. O assessor de imprensa do Cimi, Renato Santana, tam-

bém foi agredido com socos, teve os óculos quebrados e foi arrastado, até receber ajuda do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ).

Ontem, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, determinou a suspensão da Operação Tapajós, operação militar e policial realizada na região da Terra Indígena Munduruku, área onde está planejada a construção da usina hidrelétrica de São Luís do Tapajós, no Pará. Para o tribunal, antes da realização de estudos em terras indígenas deve haver consulta livre, prévia e informada, conforme prevista pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Com orçamento de R\$ 609 milhões, Funai tem apenas 17 pessoas no licenciamento

De Brasília

A proliferação de conflitos indígenas, seja nas fronteiras agrícolas, no entorno dos maiores projetos de infraestrutura do país ou mesmo dentro do Congresso Nacional, não reflete apenas a ausência de uma política indigenista por parte do governo. Esse quadro também carrega as tintas do desempenho cada vez mais fragilizado da Fundação Nacional do Índio. A Funai é hoje uma unanimidade nacional: sua atuação incomoda e contraria o governo, as empresas, as ONGs, suas próprias unidades regionais e, finalmente, os índios, que não se sentem mais representados pela autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. Tanta indisposição poderia ser justificada por uma eventual falta de recursos. Um caixa mingauado tornaria compreensível a realidade precária em que encontram-se, por exemplo, duas unidades regionais importantes da fundação, como as de Altamira e de Itaituba, no Pará. Dinheiro, porém, não é o problema da Funai.

Depois de insistir por meses em falar com a diretoria da fundação, sem sucesso, o Valor obteve informações da Funai por meio da Lei de Acesso à Informação, dados que jogam um pouco mais de luz sobre a real situação do órgão público. Nos últimos seis anos, o orçamento da Funai mais do que dobrou. Em 2007, quando o governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reservou R\$ 297 milhões para a fundação. De lá para cá, o volume não parou de crescer e chegou a R\$ 540 milhões em 2012. Para este ano, está previsto

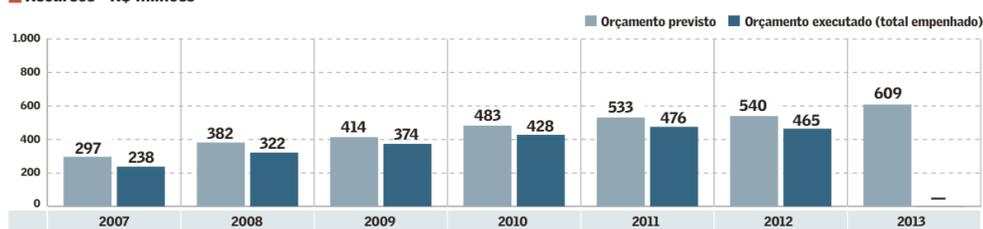
um orçamento recorde de R\$ 609 milhões. Essa multiplicação financeira, no entanto, não foi suficiente para ampliar o número de técnicos que hoje atuam no licenciamento de obras de infraestrutura. A Funai — assim como o Instituto do Patrimônio Histórico e a Fundação Palmares — é um dos órgãos federais consultados pelo Ibama, durante a etapa de licenciamento de projetos. Dada a profusão de obras em andamento no país, a divisão de licenciamento da Funai passou a ser fundamental para o andamento dos processos ambientais. O quadro que ela possui para lidar com essa missão, contudo, chega a ser inaceitável: 17 (dezessete) pessoas. Hoje, há nada menos que 2.958 processos de licenciamento ambiental em trâmite na coordenação-geral da Funai. Isso significa que, na média, cada funcionário precisa cuidar do rito de licenciamento de 174 projetos, simultaneamente. Entre estes, há obras como a usina de Belo Monte, em construção no rio Xingu.

Esse esvaziamento fica ainda menos compreensível quando observado todo o quadro funcional da Funai. O órgão tem hoje 2.529 pessoas ocupando cargos efetivos. Outros 408 são comissionados (sem vínculo) e 37 são temporários. Há ainda 264 profissionais terceirizados. Ao todo, a fundação conta com mais de 3,3 mil empregados distribuídos em 37 coordenações regionais, as quais são administradas pela sede, em Brasília. Nos últimos cinco anos, o número de trabalhadores da fundação teve um aumento real de 525 posições, já descontando as apo-

Raio X da autarquia

Funai tem 17 funcionários para cuidar de 3 mil processos de licenciamento ambiental

Recursos - R\$ milhões



Demarcações

Processos em trâmite na Funai

Terra indígena	Município/Estado
Acapuri de Cima	Fonte Boa (AM)
Arara do Rio Amônia	Marechal Taumaturgo (AC)
Arary	Borba e Novo Aripuanã (AM)
Banawá	Canutama, Lábrea e Tapauá (AM)
Boa Vista	Laranjeiras do Sul (PR)
Kariri-Xokó	Porto Real do Colégio e São Brás (AL)
Manoki	Brasnorte (MT)
Pequizal do Naruvôto	Canarana e Gaúcha do Norte (MT)
Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba (CE)
Ribeirão Silveira	Bertioga, Salesópolis e São Sebastião (SP)
Rio Gregório	Taruacá (AC)
Setemã	Borba e Novo Aripuanã (AM)
Uirapuru	Campos do Julho e Nova Lacerda (MT)
Yvy-Katu	Brasnorte (MS)

Fonte: Funai, “inclui contratos temporários (37), exercício descentralizado (31) e provisorio (1) e profissionais requisitados (47)”

Processos que aguardam homologação no Min. da Justiça

Terra indígena	Município/Estado
Arara da Volta Grande do Xingu	Senador José Porfírio (PA)
Cachoeira Seca	Altamira, Placas e Uruará (PA)
Cacique Fontoura	Luciara e São Félix do Araguaia (MT)
Morro dos Cavalos	Palhoça (SC)
Kayabi	Apiacás (MT) e Jacareacanga (PA)
Potiguara de Monte-Mor	Marcação e Rio Tinto (PB)
Rios dos Índios	Vicente Dutra (RS)
Tabocal	Careiro (AM)
Toldo Imbu	Aberlardo Luz (SC)

sentadorias e exonerações realizadas desde 2008.

Em sua resposta sobre o licenciamento ambiental, a Funai se limitou a dizer que “a principal carência da coordenação-geral nessa área se trata de recursos humanos disponíveis para atuar nos processos em trâmite”. O Valor voltou a procurar a fundação para entender por que parte dos 3,3 mil funcionários da instituição não poderiam ser remanejados para apoiar o licenciamento. Mais uma vez, a Funai optou por não responder.

Além do licenciamento ambiental, está em andamento dentro da Funai o processo de homologação de 14 terras indígenas (ver quadro). Outros nove processos já foram encaminhados ao Minis-

terio da Justiça e aguardam a assinatura do ministro José Eduardo Cardoso para o decreto homologatório. A maioria está na fila há anos. É o caso, por exemplo, da terra indígena Cachoeira Seca, do grupo indígena Arara, que cobra demarcação há 14 anos na região de Altamira, Placas e Uruará, no Pará.

“Nem a Funai, nem nenhum governo nos representa. Estamos sozinhos. Nossa luta é solitária. Tereamos que levar adiante um movimento independente”, disse ontem a indígena Sônia Guajajara, uma das principais lideranças do movimento que tomou conta do Congresso Nacional. “Por enquanto, nossa guerra é pacífica, mas vamos lutar até o fim dos nossos direitos”, gritou o líder Neginho Tru-

ká nos corredores da Câmara, puxando cantos de protesto com aproximadamente 700 indígenas.

Parlamentares, representantes de ONGs e índios se manifestaram durante horas. “De dez anos para cá, a Funai passou a conviver com duas realidades: a falta de gestão e o seu sucateamento”, diz procurador do Ministério Público Federal no Pará, Felício Pontes Júnior. “O que vemos hoje no Pará é a prova clara dessa má gestão e desse esvaziamento.”

A mesma avaliação é feita pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “No processo de demarcação de terras, há uma deficiência absoluta. Temos a sensação de que isso é re-

sultado de um processo maior, que é a tentativa de abafar a própria Funai. Nossa impressão é que se trata de uma deliberação política do governo, para que ela não funcione mesmo”, diz Cleber Buzatto, secretário-executivo do Cimi.

Enquanto isso, as pressões contra a fundação não param de crescer. A Frente Parlamentar da Agricultura trabalha na coleta de assinaturas para protocolar o pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a Funai. Na semana passada, os ruralistas conseguiram convocar a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para falar em audiência na Comissão de Agricultura. A Funai segue em silêncio. (AB)

Emenda é parte da estratégia ruralista de expandir plantio

Análise

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Depois do embate do Código Florestal, a estratégia do setor ruralista é bloquear o que possa ser, no seu entendimento, uma expansão das áreas de plantio no Brasil — a expansão das terras indígenas, das unidades de conservação e das terras quilombolas.

A proposta de emenda à Constituição (PEC 215/2000) pretende transferir do Executivo para o Legislativo a competência pela demarcação de terras ocupadas tradicionalmente por povos indígenas, a criação das unidades de con-

servação e os territórios quilombolas. Foi proposta pelo ex-deputado Almir Sá (PPB-RR), em 2000. Em 2012 foi aceita pela Comissão de Justiça da Câmara (CCJ). O relator foi Osmar Serraglio (PMDB-PR) que mandou anexar ao texto original da PEC outras 11 propostas de emenda constitucional.

Algumas versam sobre o artigo 231 da Constituição (“Reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens”) e outras sobre o 225, no capítulo do Meio Ambiente. “A PEC é inconstitucional. Peca na origem, ao propor quebrar uma cláusula pética

da Carta”, diz o antropólogo Marcio Meira, ex-presidente da Funai (2007-2012). “Tirar do Executivo e levar ao Congresso é igual a dizer que nenhuma terra indígena será demarcada mais no país”, prossegue. “Isso vai gerar um conflito muito maior do que já existe. É um desastre político para o país.”

O processo administrativo de reconhecimento e demarcação de terras indígenas é complexo, compreendendo várias etapas e leva vários anos para ser concluído, explica Márcio Santilli, fundador do ISA e ex-presidente da Funai (1995-1996). “Pode até ter erro, porque o que o Estado faz está longe de ser perfeito, mas a decisão não é da Funai, é do ministro da Justiça”, escl-

rece. “Não há procedimento administrativo relativo a terras que tenha tantos momentos de publicização oficial de providências, propostas e limites definitivos”, diz. “O problema não é procedimental, mas político. Tudo o que havia de mais fácil foi sendo demarcado desde 1991 e o que sobrou são os casos mais difíceis e conflitivos.”

Uma das propostas anexada à PEC original retroagia — ou seja, abria o debate para rever terras indígenas e unidades de conservação já existentes. Serraglio foi favorável a que tudo seguisse, exceto a parte da retroatividade — que, no entanto, pode retornar adiante.

“Esta PEC cria um terremoto. Cria a oportunidade de se mexer

em tudo o que foi feito nos últimos 20 anos de proteção de unidades de conservação e terras indígenas e quilombolas, que foi, justamente quando mais foram criadas”, avalia Sergio Leitão, diretor de políticas públicas do Greenpeace. Ele diz que o primeiro passo nesta direção será reabrir a Estrada Caminhos do Colono, que corta o Parque Nacional do Iguaçu. Tem 18 km de extensão e corta a área mais protegida do Parque. “Se a estrada for reaberta, só sobrarão as cataratas.”

Há mais de 400 projetos para modificar unidades de conservação no país. “Esta PEC tenta tirar uma dupla competência do Poder Executivo”, avalia. Leitão lembra que é função do Legislativo apro-

var uma lei, e do Executivo, fazer o decreto e regulamentar como a lei será cumprida. “Nesse caso, não só querem assumir o papel do que vai ser criado como expedir uma lei para dizer como vai funcionar.”

“É um desvio de competência”, diz Santilli. “Como é possível imaginar que o Legislativo tenha estrutura e base técnica para decidir sobre propostas de delimitação de áreas da União para vários fins?”. Meira lembra a decisão do Supremo Tribunal Federal ao julgar a reserva Raposa Terra do Sol, e decidir que o procedimento era correto. “No Congresso, a questão indígena ficaria à mercê das maiorias, e uma questão como essa, de minorias, não pode ser tratada assim”, diz.